

RESUMO EXECUTIVO

REGULAÇÃO: QUALIDADE A NÍVEL INTERNACIONAL

Melhorar a qualidade da regulação é ainda um desafio para o Brasil. Importantes avanços têm sido introduzidos nos últimos anos e alguns órgãos da administração federal têm feito mudanças profundas nos seus processos regulatórios.

Diferentes administrações têm tido limitações no escopo e nas ênfases dadas para a temática, nas capacidades necessárias para expandir esta agenda para o Governo como um todo e no apoio político oferecido ao uso de princípios e ferramentas da qualidade regulatória.

O resultado hoje é uma série de iniciativas, obrigações e projetos que promovem a temática e que gradualmente avançam em melhores práticas regulatórias, mas que ainda ficam limitados para

alcançar uma melhoria da qualidade regulatória palpável para os regulados. Em particular, o setor privado e os consumidores não conseguem perceber os ganhos de regulações mais bem desenhadas e ser parte de processos regulatórios mais participativos.

A consolidação da governança regulatória deveria ser o objetivo principal dos próximos governos para tentar reverter uma tendência de aumento da carga regulatória imposta à sociedade, nem sempre justificada ou baseada em evidências.

Este relatório apresenta um breve diagnóstico sobre a situação atual da governança regulatória no Brasil, focando em alguns temas relevantes.

Análise de impacto regulatório e avaliação de resultado regulatório

ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO (AIR)

- Realizada antes da implementação
- Identifica o problema regulatório e os agentes afetados pelo problema
- Estabelece os objetivos da regulação
- Considera as alternativas regulatórias possíveis e qualifica ou mensura seus prováveis impactos
- Compara os potenciais efeitos de diferentes alternativas
- Estabelece estratégias de implementação, fiscalização e monitoramento da medida regulatória
- Oferece ampla participação social dos entes regulados

AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO (ARR)

- Realizada após a implementação da medida regulatória
- Busca avaliar os impactos efetivos da medida
- Identifica se os resultados efetivos estão alinhados aos objetivos regulatórios iniciais
- Ampla participação social na avaliação dos resultados
- Subsidiar decisão de manter, aprimorar ou descontinuar a política
- Alterações propostas devem passar por nova AIR

O primeiro tema é o marco institucional e a coordenação interinstitucional necessários para promover e garantir que os processos regulatórios sejam mais efetivos, eficientes e transparentes.

O segundo tema elabora uma avaliação dos avanços no uso de três ferramentas para melhorar a qualidade da regulação:

- as análises de impacto - Análise de Impacto Regulatório (AIR) e a Avaliação de Resultado Regulatório (ARR);
- as ferramentas para reformar os processos de fiscalização e inspeção; e
- a simplificação administrativa.

Outras ferramentas vêm sendo usadas no Brasil, mas o diagnóstico considera que essas três são as mais relevantes para contribuir com um ambiente jurídico que ofereça garantia para a atividade econômica e abra espaços para a inovação e a concorrência.

Finalmente, o relatório faz recomendações com vistas a fomentar as discussões sobre a necessidade de concretizar os avanços alcançados, mas também elevar a temática da qualidade regulatória a um nível político adequado para que se possa acelerar sua implementação.

As recomendações partem de um ponto de vista abrangente sobre a necessidade de fortalecer a função reguladora de forma efetiva e eficiente para que seus resultados não sejam onerosos para o setor regulado.

PRINCIPAIS PROPOSTAS

Fortalecer a governança regulatória

- Garantir compromisso político para aprofundar o processo de melhoria da qualidade regulatória.
- Desenvolver uma política da qualidade regulatória.
- Consolidar a institucionalidade necessária para promover a qualidade regulatória.
- Fortalecer as atribuições e responsabilidades do órgão de supervisão regulatória.
- Desenhar um programa de qualidade regulatória para os níveis estadual e municipal.

Fortalecer o uso de ferramentas

- Melhorar o sistema da AIR atual.
- Promover o uso de soluções que fomentem a transparência e a participação no processo regulatório.
- Propor um programa de reforma integral para as fiscalizações.
- Introduzir um programa amplo de simplificação administrativa.
- Consolidar a implementação das agendas regulatórias.



Veja as propostas na íntegra no documento, que pode ser acessado por meio do QR code ao lado ou em: <http://cni.com.br/eleicoes2022/propostas/>